

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

COLONIZAÇÃO E SISTEMA COLONIAL: DISCUSSÃO DE CONCEITOS E PERSPECTIVA HISTÓRICA (*).

FERNANDO A. NOVAIS

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (SP).

Embora seja um lugar comum afirmar-se que o Brasil é fruto da colonização européia, nem sempre se levam na devida conta tôdas as implicações envolvidas nessa assertiva. Nas histórias gerais de nosso país, há sempre uma parte referente ao Brasil-colônia, ao período chamado colonial, mas a preocupação de indagar o alcance e o significado do fenômeno colonização sòmente reponta, via de regra, naqueles passos que descrevem as tentativas autonomistas e no estudo propriamente da independência; ou quando muito — e é o caso, por exemplo, da *História Geral da Civilização Brasileira*, em curso de publicação (1) — considerações pertinentes aparecem em análises setoriais da vida econômica, sem por isso ascender a uma visão global e integrada do sistema colonizador que lastreia todos os elementos formadores do Brasil moderno. Há, por outro lado, um conjunto de trabalhos polêmicos que de fato abordam diretamente o tema, mas o fazem numa perspectiva invariavelmente carregada de valorações e não isenta de bizantinismos. A explicitação do sentido mais profundo da colonização européia na época mercantilista (2) e mais ainda a caracterização da maneira pela qual o Brasil se insere nesse complexo e as sucessivas posições que nêle vai ocupando — constituem campo particularmente fecundo para a investigação e a reflexão do historiador, e tarefa ainda longe de ter sido esgotada. Sua importância, porém, dificilmente poderia ser exagerada, duma vez que o aprofunda-

(*) . — Comunicação apresentada na 4ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

(1) . — Cf. *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque Holanda, São Paulo, 1960 segs., já cinco volumes publicados, os dois primeiros relativos à época colonial.

(2) . — Adiantemos, desde logo, que Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1a. ed., 1942) constitui significativa exceção no quadro que descrevemos. Às suas reflexões teremos naturalmente de nos reportar ao longo dêste trabalho.

mento dessa análise irá necessariamente iluminar e reequacionar todo o período formativo de nossa história.

Não pretendemos, à evidência, nos limites desta comunicação, acometer tal empresa, que reservamos para tentar em futuros trabalhos em elaboração. Intentaremos, apenas, uma análise crítica dos conceitos de “colonização” e “sistema colonial”, a partir da perspectiva do estudioso de história em que nos colocamos; isto é, procuraremos indicar em que linha a utilização dessas categorias se torna fértil para a compreensão do nosso passado colonial. Notemos, outrossim, que, até certo ponto, essa discussão conceitual é uma exigência preliminar à consecução da tarefa mais ampla a que acima nos referimos. Quando menos, servirá como esforço de esclarecer os vários sentidos de termos correntes na historiografia nacional e mesmo nas variadas interpretações da realidade brasileira que se têm multiplicado nos últimos anos.

De fato, encarada em bloco, toda a história do Brasil pode referir-se a um imenso processo ainda não encerrado de absorção de correntes imigratórias e conseqüente ocupação e povoamento de uma vasta área geográfica de dimensões continentais; o Brasil apresenta-se, assim, como o país por excelência da imigração e da “colonização”, ainda em curso. Circunscrevendo-se a áreas mais restritas dentro do conjunto, identificam-se aquelas regiões onde o povoamento se processa mais recentemente, configurando as frentes pioneiras ou de “colonização”. “Economia colonial”, sua superação, sua persistência são temas correntes nas discussões contemporâneas sobre o problema do desenvolvimento econômico. Reportam-se os autores constantemente à “nossa formação colonial”, descreve-se a “situação colonial” — já Vilhena, na sua preciosa *Recopilação* (1802), referia-se ao “viver em colônias” (3). Indaguemos, portanto, os vários sentidos dessas expressões, para aquilatarmos o maior ou menor alcance analítico da sua utilização, o valor do seu emprêgo para a compreensão da realidade histórica.

*

Na perspectiva mais geral, — a das relações entre os homens e a paisagem, que é o ângulo de observação dos geógrafos — a colonização se apresenta como uma modalidade das migrações humanas.

(3). — Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas* (1802), ed. Braz do Amaral, Salvador, 1921, p. 289. Carlos Guilherme Mota, em estudo que prepara, explora sob este ângulo ainda não examinado a personalidade e a obra de Vilhena.

como uma forma evoluída de elaboração do ecúmeno (4). Neste plano, os deslocamentos populacionais se inscrevem no processo de humanização da paisagem terrestre, na ampliação da área de expansão da espécie humana; êste crescente alargamento do espaço da habitação do homem no globo envolve sempre povoamento e valorização de novas regiões. Maximilien Sorre, que estamos seguindo neste passo, indica que o complexo geográfico que assim se forma, a paisagem humanizada que se cristaliza no *habitat*, comporta sempre um maior ou menor grau de mobilidade, levando continuamente a tensas às fronteiras do ecúmeno, e alterando assim a sua estrutura interna (5). A imobilidade perfeita é apenas um recurso teórico de análise, e representaria adequação ótima do grupo ao meio ambiente, o equilíbrio absoluto entre recursos, técnicas e crescimento demográfico; no polo oposto, a mobilidade total se exprime na situação em que o próprio *habitat* é móvel, como entre os pastores nômades. Se postularmos constante a massa do grupo humano e o aparato tecnológico, a utilização dos recursos ambientais tenderá a assumir caráter extensivo, ampliando-se a área de exploração, como na agricultura itinerante. Pressupondo-se, porém, crescimento demográfico, e constante e pois limitado o espaço disponível, ou se engendram técnicas progressivas de aproveitamento de recursos, ou se dá o fenômeno da migração. Neste contexto, é possível visualizar o movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos Tempos Modernos, assume a feição de europeização do Mundo.

Examinemos, agora, em que medida esta sistemática conceitual se pode tornar fecunda para a compreensão de processos históricos concretos, e em particular, da história colonial do Brasil. Encarados dêste ângulo, os conceitos acima referidos revelam-se excessivamente generalizadores. De fato, procurando apreender em bloco os mecanismos de formação da paisagem atual, que é o seu campo específico de análise, o ponto de vista da geografia insiste naturalmente em destacar o seu substrato comum, as identidades que se encontram nas várias manifestações do fenômeno. Assim, “colonização” significa uma forma de ocupação e valorização (*mise en valeur*) de novas áreas, forma superior por ser orientada pelo Estado Moderno. Se encararmos, por exemplo, a colonização portuguesa no Brasil, não resta dúvida que ela configura ocupação, povoamento e valorização do espaço americano; entretanto, envolve êste processo histórico outros componentes — aquêles precisamente que lhe advém da peculiar-

(4). — Cf. Maximilien Sorre, *Les Migrations des peuples*, Paris, 1955, *passim*, especialmente pp. 125 segs. Vide também a tipologia das migrações, nos *Fondements de la Géographie Humaine* do mesmo autor, t. II, vol. I, p. 559 (Paris, 1948).

(5). — Cf. *Les Migrations des peuples*, pp. 11 segs.

ridade do “momento” em que ocorre — que eventualmente podem ser mais relevantes como categorias explicativas, e no caso são, como procurarei indicar mais adiante. Não quer isto dizer, convém para logo deixar claro, que imaginemos errados aqueles conceitos; êles se prestam admiravelmente aos fins a que se propõem, isto é, às análises geográficas, e os trabalhos dos geógrafos aí estão para demonstrá-lo. Mais ainda, e já agora tendo em conta a tendência ao entrosamento que cada vez mais se acentua nos domínios das ciências humanas (6), diremos que há determinadas situações históricas em que, no fenômeno colonização, são êsses elementos mais gerais, os denominadores comuns, que assumem importância maior em face de outros componentes, passando a defini-los e a não se definir por êles: nestes casos, é a perspectiva acima descrita que poderá conduzir à compreensão mais exata da realidade. Assim, para exemplificarmos dentro de nossa história, a colonização alemã ou italiana no Brasil meridional, ou a marcha da frente pioneira paulista modelarmente estudada por Pierre Monbeig (7).

Mas se, para a abordagem do Brasil-colônia, esta linha de explicação deixaria de lado os segmentos mais significativos da realidade, conduzindo portanto a uma visão inexata do fenômeno, isto não significa que seja inútil tê-la presente no esforço de reconstituição daquele passado. Como já dissemos, esta perspectiva ilumina uma face da realidade — colonização portuguesa no Brasil, na época mercantilista —, a qual face, entretanto, tem de ser combinada com outros elementos do conjunto que, no contexto da época, assumem a posição de componentes essenciais que definem os demais e estruturam o todo, dando sentido à realidade. Assim, na colonização da época mercantilista, a ocupação e valorização das novas áreas — a europeização do Nôvo Mundo — se processa dentro dos quadros do “sistema colonial” que informa todo o movimento. E é em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e do funcionamento do “capitalis-

-
- (6). — Caberia lembrar aqui a recente reedição (1966) do clássico *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de Fernand Braudel (1a. ed. 1949), onde o entrelaçamento de geografia e história se realiza de forma admirável. O geógrafo Roger Dion, por seu turno, navega nas mesmas águas ao esboçar os lineamentos de uma “geografia humana retrospectiva” (*Cahiers internationaux de Sociologie*, vol. VI, 1949). Max. Sorre escreveu sobre as relações entre geografia e sociologia (cf. *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, Paris, 1957). História e Sociologia, História e Economia são objeto das indagações de F. Braudel no capítulo que escreveu ao *Traité de Sociologie*, dirigido por Georges Gurvitch (Paris, 1958, vol. I) e no artigo dos *Annales* (outubro-dezembro de 1958) sobre a “longa duração”. Multiplicam-se ultimamente os encontros interdisciplinares.

- (7). — Cf. Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Paris, 1952.

mo comercial” (8), em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do sistema colonial do mercantilismo, dando assim lugar a formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais. Há, portanto, uma forma específica de ocupação e valorização de novas áreas dentro do capitalismo comercial e da política mercantilista; ou noutros termos, a “colonização” assume a forma predominantemente mercantilista na época que medeia entre os Grandes Descobrimentos e a Revolução Industrial. E’, pois, a partir das coordenadas da estrutura sócio-econômica da época, a partir das relações dos homens entre si e não dos homens com a natureza, que se poderá apreender o sentido da colonização do Brasil. Sintetizando, para retomarmos mais adiante, o Brasil nessa perspectiva apresenta-se como produto da colonização européia e parte integrante do antigo sistema colonial.

Com o que fica dito, poderia talvez parecer que, de nosso ponto de vista, para a análise da colonização que se desenrola nos quadros do antigo sistema colonial do capitalismo mercantil, a perspectiva propriamente geográfica antes esboçada seria de utilidade nula. Mas, não; convém ainda insistir que se a realidade (colonização) torna-se naquele contexto mais complexa, isto é, povoamento e valorização das novas regiões inserem-se na estrutura do sistema colonial que passa a modelar a sua forma sem com isso anular essa camada do real — segue-se que, ao nível da consciência, isto é, na construção dos conceitos capazes de expressar toda a complexidade do fenômeno na sua manifestação histórica concreta, temos de formular uma categoria que inclua e situe a concepção primitiva. Retenhamos, portanto, nesta tentativa de elaborar o esquema conceitual e explicativo eficaz para compreensão do Brasil-colônia, esta primeira visão do processo colonizador como expansão do espaço terrestre da habitação humana (ecúmeno), como ocupação, povoamento e valorização de novas áreas geográficas.

*

Desloquemos, agora, o foco de nosso interesse para outra ordem de estudos que dizem respeito à colonização: referimo-nos à classifi-

(8). — Na historiografia econômica contemporânea acentuam-se cada vez mais os esforços no sentido de definir-se o capitalismo comercial como estrutura particular da vida econômica da época moderna, com seus mecanismos próprios. Cf. Frédéric Mauro, “Towards an “Intercontinental Model”: European Overseas Expansion between 1500 and 1800”, *Economic History Review*, vol. XIV, n. 1, 1961, pp. 1-17.

cação dos diversos tipos de colônias. Tais classificações aparecem via de regra em obras dos teóricos da colonização que também o são, às vezes, do colonialismo.

Nesta linha, a obra clássica é sem dúvida o famoso e irrecusavelmente brilhante *De la colonisation chez les peuples modernes* (1874), de Paul Leroy-Beaulieu. Sua publicação se dá no início da segunda fase do expansionismo colonialista europeu, que *grosso-modo* se pode localizar entre 1869 (abertura do canal de Suez) e a eclosão da primeira Grande Guerra, tendo seu ponto culminante na conferência de Berlim (1884-1885) que fixou as regras da partilha da África pelas grandes potências (9). De aí considerar a colonização o apanágio dos “povos civilizados”, das “sociedades mais adiantadas”, enfim “uma arte que se forma na escola da experiência”, cujos princípios o livro destina-se a explicitar. É neste espírito que investiga o passado, e não obstante êsse enviesamento do enfoque, a lucidez do autor permite-lhe traçar um quadro altamente sugestivo do movimento colonizador europeu desde o início dos tempos modernos; o exame da história da colonização visa pois possibilitar a elaboração de uma tipologia das colônias, o que por sua vez abre caminho à fixação dos princípios que devem orientar o regime a ser aplicado nos estabelecimentos coloniais.

A classificação das colônias que correu mundo e ganhou fama na pena de Leroy-Beaulieu se funda contudo diretamente na tipologia elaborada já desde 1848 pelo alemão Wilhelm Roscher (10). Neste quadro, são quatro as grandes categorias em que se classificam as colônias. Sintetizemos rapidamente êsses conceitos. Em primeiro lugar, as “colônias de conquistas” (*Eroberungskolonien*), aquelas em que os colonizadores visam vantagens não da produção mas da exploração política e militar dos indígenas; tais as dominações de Alexandre Magno no Oriente, ou dos normandos no sul da Itália, França, Inglaterra. Vêm a seguir as “colônias comerciais” (*Handelskolonien*), ou sejam entrepostos (*Zwischenstation*) onde há muito para comprar e vender, mas não condições para o comércio livre, por exemp'lo Singapura ou as possessões estabelecidas desde o século XV pelos portugueses no Oriente. As “colônias agrícolas” (*Ackerbaukolonien*) formam o terceiro grupo: para estas, que se localizam naturalmente em áreas pouco habitadas, aptas à cultura e de clima semelhante ao da metrópole, dirigem-se povoadores (*Ansiedler*) com seus bens e

(9). — Cf. Maurice Baumont, *L'Essor industriel et l'Impérialisme colonial*, 2a. ed., Paris, 1949, especialmente pp. 58-116. (vol. XVIII da Col. “Peuples et Civilisations”).

(10). — Cf. Wilhelm Roscher e Robert Jannasch, *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, 3a. ed., Leipzig, 1885, pp. 2-32. A primeira edição é de 1848.

suas famílias, instalam-se autônômamente, e pouco a pouco progredem; são, assim, necessariamente frouxos os laços com a mãe-pátria, tendem estas colônias a se tornarem nações independentes. As colônias da Nova Inglaterra, exemplificam esta categoria. Finalmente, as “colônias de plantaço” (*Pflanzungs kolonien*) completam o quadro. Servem, diz Roscher, para o aprovisionamento dos produtos coloniais (*Kolonialwaaren*): açúcar, café, indigo, cochonilha, etc., — importantíssimas mercadorias que se não podem produzir no clima metropolitano. Em suma, as estufas da Europa... (11). Os empresários coloniais, nessas paragens tropicais onde se estabelecem as plantações, utilizam trabalho escravo e, tão logo enriquecem, procuram retornar à mãe-pátria. As grandes lavouras antilhanas de holandeses, franceses e ingleses tipificam esta classe. Tal, em linhas muito gerais, a classificação do teórico germânico.

Reexaminando o assunto, Paul Leroy-Beaulieu começa por excluir a primeira categoria (as colônias de conquista) (12). Efetivamente, sendo a sua preocupação básica distinguir os tipos de colônias para indicar os regimes mais aplicáveis a cada um, em função dos “recursos, dos costumes e do gênio” da nação que quer colonizar, e não propriamente conquistar, a primeira categoria fica fora de suas cogitações. Todas as colônias se reportam, pois, a “três tipos irreduzíveis, entre os quais nenhuma confusão é possível”. São basicamente as três categorias já estabelecidas por Roscher. Na apresentação do economista francês, as colônias de comércio são propriamente “entrepostos” (*comptoirs*) e visam uma mercância excepcionalmente rentável à metrópole; fixam-se em países ricos e populosos, mas “primitivos” sob certos aspectos e onde o comércio não atingiu a liberdade de movimentos que é característico das nações civilizadas. A metrópole, por sua vez, não necessita, para estabelecer e manter tais colônias, ser muito populosa, mas é indispensável ter uma potente marinha; a atividade colonial vai exigir grandes inversões, mas pouca gente. Essencial para o êxito da empresa é a posição da colônia na rede das grandes rotas. Assim uma ilhota como São Tomás ou uma ponta de rochedo, como Singapura. Uma vez estabelecidas, essas colônias-entrepostos podem se encaminhar para três destinações: ou o povo, no qual elas se encravaram, entra em decadência em termos de unidade e força, e então elas se tornam cabeças de ponte para uma conquista continental (é o caso da Índia); ou o povo visado progride, entrando em relação mercantil com todas as nações, e então o entreposto perde razão de ser e desaparece; ou enfim o equilíbrio

(11). — “Die Treibhäuser von Europa...”. *Op. cit.*, p. 23.

(12) — Cf. P. Leroy-Beaulieu, *De la Colonisation chez des Peuples Modernes*, Paris, 1874, pp. 533 segs.

mantém-se. Estabelecimentos desta ordem são os dos portugueses na África e na Ásia, dos holandeses e ingleses no Oriente, etc.

Os outros dois tipos são, diz Leroy-Beaulieu, mais complexos. As “colônias” agrícolas ou “de povoamento” (*peuplement*) instalam-se em regiões pouco habitadas e de ambiente geográfico semelhante ao da metrópole; esta deve ser grande e populosa para poder promover uma intensa emigração para o ultramar — do contrário perdem-nas, como ocorreu com os estabelecimentos da Holanda e Suécia na América do Norte. Não se exigem grandes investimentos, mas sim volumosa migração, pois trata-se de povoamento. O progresso é lento, a ambiência democrática, a autonomia inevitável. Em suma, a Nova Inglaterra. A terceira categoria — “colônias” de plantação ou “de exploração” (*exploitation*) — envolve aquelas capazes de produzir mercadorias de exportação, produtos destinados ao mercado exterior. O meio geográfico deve necessariamente ser diverso do metropolitano (para que a colônia possa produzir os produtos de que carece a metrópole); o inter-tropical é a zona de eleição para este gênero de empreendimento. Reclamam grandes inversões de capital e organização “artificial” (*sic!*) do trabalho, tais a escravidão ou a imigração engajada (*indented*) ou a colonização “sistemática” recomendada por Wakefield para garantir mão-de-obra aos empresários coloniais. A riqueza dessas colônias multiplica-se rapidamente, o crescimento demográfico é lento, a prosperidade é mais vulnerável às crises. O estado da sociedade “deixa sempre muito a desejar”. O espírito democrático é débil, e não amadurecem tão cedo para a independência (13).

Mais recentemente, George Hardy (14), retomando as preocupações classificatórias referentes à expansão colonizadora européia, começa por circunscrever o “fato colonial”. Não se confunde êle com invasão, migração, conquista; pressupõe o estado colonizador, e dá lugar a um organismo distinto, sorte de novo estado: colônia supõe metrópole, isto é, manutenção e reconhecimento de laços com o meio de origem. Chamar, por isso, “colonização” ao movimento de ocupa-

- (13). — Na primeira edição de sua obra (1874), Leroy-Beaulieu não usa as expressões “povoamento” e “exploração”, na realidade modelares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas como já acentuou incisivamente Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4a. ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26). Tal nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas reedições do *De la colonisation chez les Peuples Modernes*; assim, veja-se a 5a. edição, Paris, 1902, t. II, pp. 563 segs.
- (14). — De Georges Hardy, historiador, geógrafo e perito em assuntos coloniais, vejamos: *La Politique coloniale et le Partage de la Terre au XIX et XX siècles*, Paris, 1937 (col. “Evolution de l’Humanité”); *Géographie et Colonisation*, 6a. ed., Paris, 1933; *Vue Générale de l’Histoire d’Afrique*, 3a. ed., Paris, 1937; *Histoire de la Colonisation Française*, 3a. ed., Paris, 1938.

ção e valorização (*defranchement*) da Europa, ou denominar “colônias” os agrupamentos de italianos no Brasil ou de russos em Paris — constitui abuso dos conceitos, linguagem só aceitável como metáfora (15). Critica, a seguir, o critério consagrado pelo seu antecessor: “povoamento” cobre realidades distintas, nem há “exploração” sem povoamento; são tôdas áreas de povoamento europeu (16). Há que distinguir a forma do povoamento. De aí, “colônias de enraizamento” (*enracinement*), onde os europeus se fixam seja por “substituição” da população pré-existente (Canadá, Austrália), seja por “associação” (Américas espanhola e portuguesa) ou “repovoamento”, que comporta importação de mão-de-obra (Antilhas); “colônias de enquadramento” (*encadrement*), onde o elemento indígena continua sempre constituindo a massa da população, porém dirigida, orientada, “enquadrada” pelos europeus (refere-se, supomos, às colônias mais recentes resultantes da partilha da África); enfim, estabelecimento que não visam exploração nem envolvem povoamento, simples colônias de “posição ou ligação”, presas antes a interesses políticos (17).

*

Critiquemos, agora, estas classificações, procurando isolar os elementos sugestivos, os conceitos fecundos que porventura possam conter para os objetivos que temos em vista. Teorizações feitas com fins práticos (colonialismo), as classificações em si mesmas não podem evidentemente apreender a peculiaridade dos momentos históricos em que se processa a colonização nas suas várias modalidades, como predomina tal tipo em determinada época, o que é mais significativo numa ou noutra fase — e tôdas essas questões são essenciais quando se vai analisar a história concreta da colonização portuguesa no Brasil, do XVI ao XVIII séculos. Nada obstante, ao discriminar os vários gêneros de colônias, as classificações procuram ordenar os componentes da realidade histórica da colonização em geral, e desta forma acabam por nos abrir caminho na tarefa de identificar os componentes essenciais da colonização mercantilista.

Preliminarmente, convém retomar a noção primeira que já fixamos: colonização significa sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas; ora, estabelecida esta premissa, excluem-se naturalmente do campo de análise as “colônias de conquista” da

(15). — Cf. *La politique coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 9 segs.

(16). — *Op. cit.*, pp. 15 segs.

(17). — A classificação de Georges Hardy ocorre em *La Politique coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 15 segs., e *Géographie et colonisation*, pp. 27 segs.

classificação de Roscher, já abandonadas, aliás acertadamente quanto a nós, por Leroy-Beaulieu; mas abandonamos também, necessariamente, as “colônias comerciais” (Roscher), os “entrepósitos” (Leroy-Beaulieu) e as “colônias de posição” de Hardy. São fenômenos de outra ordem, que não envolvem propriamente povoamento e valorização de novas regiões e pois não entram no quadro histórico da colonização. O que não quer dizer que não se possam ligar, estar até na raiz do processo colonizador, como ainda veremos; porém, em si mesmos, ficam fora da colonização com tal.

Isto pôsto, importa para logo acrescentar que permanecem de um lado as categorias no fundo idênticas de Roscher e Leroy-Beaulieu, melhor formuladas por este último, e de outro os tipos de colônias discriminados por Hardy. Ora, a classificação mais recente parece-nos francamente inferior às categorias clássicas. De fato, enquanto Roscher e Leroy-Beaulieu fundam sua tipologia (agrícolas de povoamento, plantação de exploração) num critério basicamente sócio-econômico, e em função das relações com as metrópoles, Hardy encaminha-se para um critério em última instância étnico, tomando como base a composição populacional resultante da empresa colonizadora nas várias regiões em que incide a sua ação. Atente-se a que não é apenas a diversidade de critérios, sócio-econômico de uma parte e doutra étnico, que está fundamentando o nosso juízo; isto de si seria suficiente, pois a colonização da época mercantilista, dentro da qual se desenrolou o devassamento e povoamento do Brasil, é essencialmente empresarial e capitalista, como ainda esperamos deixar claro. E’ que Leroy-Beaulieu (aqui mais explícito do que Roscher) incide decisivamente nas *relações* metrópole-colônia, centro dinâmico-periferia complementar, e suas categorias resultam por isso mais flexíveis e pois mais aptas à análise de processos históricos, enquanto Hardy desloca o eixo da caracterização para o resultado do processo na área colonizada. Ora, empresarial e capitalista, a colonização provocada pelo capitalismo comercial da época moderna se realiza em função das tensões sócio-econômicas, das vicissitudes e das exigências das economias metropolitanas européias; é pois nessas relações que se deve buscar a linha diretriz da análise, são elas que, nos seus princípios informadores e nas suas práticas efetivas levam à configuração do “sistema colonial” que permeia toda a história da colonização mercantilista. Não é certamente inútil a caracterização de Hardy, mas não é essencial; poderá servir para fins outros que não a compreensão global da colonização do Brasil.

O que, a nosso ver, é de preservar-se dessas páginas de Hardy são as suas pertinentes considerações sobre a especificidade do “fato colonial” e sobretudo a necessidade da relação bilateral metrópole-

colônia (18). Com efeito, nem tôda migração há que envolver necessariamente ação colonizadora, embora seja evidente a impossibilidade de haver colônia sem deslocamento populacional. Assim, por exemplo, Joel Serrão, analisando o fenômeno “emigração”, constante, a partir do século XV, na história de Portugal, faz notar que não coincide sempre necessariamente com a expansão colonial portuguesa, e fixa, com nitidez, os conceitos de “emigrante” e “colono” (19). Entre nós, na segunda metade do século passado, em face da supressão do tráfico negreiro disputava-se sobre as vantagens da “imigração” (vinda de estrangeiros para os trabalhos da grande lavoura exportadora) ou “colonização” (fundação de núcleos “coloniais” de pequenos proprietários) (20) mas já vimos, com Hardy, que é pelo menos impreciso usar os termos “colônia”, “colonização” neste sentido.

Conservemos, portanto, neste passo, as categorias fundamentais de “povoamento” e “exploração”, como modalidades básicas da colonização da época do Antigo Regime. Nova Inglaterra e Brasil tipificam as duas estruturas, mas convém para logo dizer que em termos de predominância de caracteres e não de sua exclusividade, em termos relativos e não absolutos, como aliás tudo em História. O que Georges Hardy verdadeiramente não compreendeu, quanto a nós, na sua crítica desse critério de diferenciação, é que, posto que obviamente não possa haver exploração sem povoamento nem este sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra o povoamento; as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano) as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); numa situação, povoamento explica a exploração, noutra é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento. Caio Prado Júnior, que penetrantemente identificou a fecundidade destas duas configurações e lhes marcou nitidamente os contornos na introdução de sua extraordinária obra já citada, parte daí para a análise da estrutura econômica da colônia em dois setores básicos: um, essencial e imediatamente voltado para o centro dinâmico metropolitano (economia de exportação), outro dependente e que se explica a partir do primeiro (economia de subsistência), acentuando que naturalmente os produtos de exportação podem ser, e o são, também consumidos na colônia, e os de subsistência eventualmente exportados (ou passar de

(18). — Cf. *La Politique coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 9 segs.

(19). — Cf. Joel Serrão, verbete “emigração” in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, pp. 19-29 (Lisboa, 1965).

(20). — Cf. J. Fernando Carneiro, *Imigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, 1950.

subsistência para exportação) sem que isto em nada retire a validade explicativa das duas características (21). Também a Celso Furtado, que sob outros aspectos se afasta das análises de Caio Prado Júnior, são as duas categorias fundamentais de colônias de exportação ou exploração e colônias de povoamento que interessam, para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial européia (22). Já o velho Roscher parece que percebia bem o alcance da distinção; no curso de sua classificação, tendo fixado o tipo de “colônias agrícolas” (que como vimos já esboça o sentido de colônias de povoamento), ao passar a tratar das “colônias de plantação” (exploração) como categoria distinta, pergunta-se se não seria o caso de considerá-las um subtipo das colônias agrícolas, pois que de agricultura se trata; mas, insiste com acuidade, a diferença é tão essencial que se tornou o fundamento da tenebrosa guerra de secessão nos Estados Unidos da América (23). E o não menos agudo Leroy-Beaulieu, por sua vez, já prevenia que as diferentes categorias coloniais não se apresentavam “em estado puro” (24).

Fechemos esta parte, inventariando os resultados obtidos na discussão conceitual. *Colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (Sorre); mais estritamente, como processo criador de colônias, essas novas regiões configuram entidades políticas específicas (*colônias*), que se definem na relação bilateral metrópole-colônia (Hardy); historicamente, na Época Moderna, entre a expansão ultramarina européia e a revolução industrial, *exploração e povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização no mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, através da crítica dos conceitos, vamo-nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos êsses elementos revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuramos agora explicitar.

*

Rigorosamente, a consecução do desiderato acima formulado exigiria nada menos que toda a história da expansão ultramarina e co-

(21). — Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4a. ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26, 113-123, 151-154.

(22). — Cf. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, pp. 11-52.

(23). — Cf. *Kolonien...*, pp. 23-24.

(24). — P. Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les Peuples Modernes*, Paris, 1874, p. 537.

lonial européia nos séculos XVI, XVII e XVIII. O que evidentemente está além de nosso alcance e fora de nosso propósito, nesta comunicação. Na verdade, posto que somente o estudo histórico concreto do período pode resolver os problemas e explicitar as conexões entre os vários segmentos da realidade nas suas múltiplas manifestações, não será de certo inútil a tentativa de estabelecer, à base das linhas mais gerais da história da época, o esquema conceitual e explicativo com que se deva abordar a análise de uma das manifestações dêsse complexo: no caso, a história da colonização portuguesa no Brasil, no quadro do antigo sistema colonial. E' nesta faixa de indagações que nos colocamos, procurando fixar e explicitar os pressupostos com que se deve focar, de maneira efetivamente compreensiva, o Brasil-colônia.

Visualizada em conjunto, a chamada Época Moderna, isto é, o período que transcorre entre o Renascimento e a Revolução Francesa, ou entre a expansão ultramarina e a revolução industrial, apresenta-se-nos com a etapa da história do Ocidente em que predominam as formas políticas do absolutismo, e, no plano social, a organização da sociedade em "estados" ou "ordens"; deslocando o ângulo de observação para o universo das relações econômicas, defrontamos com o capitalismo comercial e a política mercantilista; contemporaneamente, assiste-se à prodigiosa expansão marítima e comercial da Europa, e seu conseqüente desdobramento na implantação das colônias no ultramar.

Tais as peças do sistema, e o seu simples enunciado já nos conduz à procura das conexões recíprocas. Entre a monarquia unitária e centralizada, ou mais exatamente entre o processo de unificação e centralização, e a política mercantilista são claras as relações, pois, como demonstrou definitivamente Herkscher (25), a política mercantilista foi um instrumento de unificação ao mesmo tempo aliás que pressupunha um certo grau de integração nacional para que se pudessem executar. Na base de ambos êsses segmentos, a expansão da economia de mercado em detrimento da economia domínial da Idade Média, envolve a conseqüente emersão das classes burguesas no bôjo do terceiro estado que assim tende a se diferenciar cada vez mais; efetivamente, a subordinação de tôda a sociedade ao poder da realeza — essa estranha e aparente projeção do poder para fora da estrutura social, a passagem da suzerania à soberania — representou no conjunto a forma de a burguesia assegurar-se das condições de garantir a sua própria ascensão e criar o quadro institucional do desenvolvimento do capitalismo comercial. Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realeza

(25). — Cf. E. F. Heckscher, *La Época mercantilista*, trad. esp., México, 1943, pp. 17-29.

no sentido do progresso burguês, até que, a partir da Revolução Francesa e pelo século XIX afora, a burguesia se pudesse tornar, como diria Charles Morazé, “conquistadora” e modelar a sociedade à sua imagem, de acôrdo com seus interesses, segundo os seus valores. Estratégia nem sempre explícita ao nível da consciência individual, e sempre inçada de dificuldades sem conta; a história concreta desse processo é sobremaneira tortuosa e F. Braudel pôde falar nas “traições” da burguesia (26). De qualquer forma, Roland Mousnier, especialista no assunto, equaciona as variações do regime político dessa época em função da importância maior ou menor da burguesia nas várias partes da Europa, e pois do grau mais ou menos intenso de desenvolvimento do capitalismo mercantil (27).

Se, por outro lado, o regime político predominante nos séculos da época moderna, contrastado com o feudalismo típico, afigura-se quase o seu oposto, — o mesmo não se dá quando aproximamos os dois períodos nos seus aspectos sociais. Apesar do surto capitalista e burguês, persiste a estrutura estamental da sociedade organizada em “estados” juridicamente estanques, que se definem pelo nascimento, e isto significa a preservação da nobreza com seus privilégios, direitos senhoriais e em contrapartida necessária a manutenção das relações servis ou pelo menos de resquícios da servidão. Ora, isto revela o caráter de acomodação e ajustamento, o traço digamos menos revolucionário ou mesmo não-revolucionário dessa transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa plenamente configurada (28). Os séculos XVI a XVIII surgem-nos, assim, portadores de permanências do passado e germes do futuro, tipicamente transitórios; o que não teria maior significado, já que essa é uma constante da história, se a representação dominante ou oficial que essa etapa se fazia de si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar: instaura-se, então, a “crise da consciência européia” (29). De aí as tensões e crises constantes, e as múltiplas formas de ajustamento; é na Inglaterra que as revoluções do século XVII, moderando o absolutismo, ajustam por assim dizer o sistema

(26). — Cf. F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1949, pp. 619 seg.

(27). — Cf. Roland Mousnier, *Os séculos XVI e XVII*, tradução portuguesa São Paulo, 1957, pp. 116 (col. *História Geral das Civilizações*, dirigida por M. Crouzet, t. IV, vol. I).

(28). — Revolução, como se sabe, significa mudança estrutural em ritmo acelerado, cf. A. Mathiez, *La Révolution Française*, 4a. ed., Paris, 1960, vol. I, pp. 1-2.

(29). — Cf. Paul Hazard, *La Crise de la Conscience européenne*, Paris, 1935, *passim*, especialmente pp. 3-29.

aos seus fins históricos (30), e nem é por acaso que é esse país que se vai tornando paulatinamente hegemônico entre as grandes potências e se tornando o teatro das grandes transformações econômicas que marcam o advento do capitalismo industrial.

Absolutismo, sociedade de “estados”, capitalismo comercial, política mercantilista são portanto partes de um todo, inter-agem reversivamente neste complexo que se poderia denominar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. E’ neste contexto e inseparavelmente dêle que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Nôvo Mundo. No plano ideológico, a política econômica do mercantilismo recomenda, para a obtenção de balança favorável de comércio, a abertura de novos mercados e a sua preservação monopolista; numa forma mais elaborada, preconiza-se o estabelecimento de colônias como respaldo para a “riqueza” da metrópole (31). E note-se a coerência dessa forma de política de desenvolvimento que foi o mercantilismo: ao mesmo tempo em que se procuram remover os obstáculos institucionais internos (esforço para supressão das aduanas interiores, burocratização da administração, etc.) diligencia-se a criação de complementos externos (*colônias*, que agora vão adquirindo seu verdadeiro sentido), que permitam à economia metropolitana adquirir o máximo possível de auto-suficiência, e pois situar-se vantajosamente no comércio internacional para o qual pode assim carrear os seus excedentes. Note-se que neste quadro a função das economias complementares coloniais é verdadeiramente essencial: são elas, as colônias, que irão permitir o funcionamento integrado da política mercantilista, criar-lhe as pré-condições.

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo estado, que ao praticá-la se constitui e fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em tôdas as direções, tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de “originária” ou “primitiva”, por se realizar predominantemente na órbita da circulação, mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e expansão das relações capitalistas no parque prôpriamente produtor (32).

Efetivamente, a expansão ultramarina européia, que se inaugura com os descobrimentos portugueses no século XV, significou, na sua primeira fase digamos pré-colonizadora, uma extraordinária redefini-

(30). — Cf. Christopher Hill, “La Révolution anglaise du XVIIe. siècle: Essai d’interprétation”, *Revue Historique*, vol. CCXXI, janeiro-março 1959, pp. 5-32.

(31). — Cf. Paul Hugon, *História das Doutrinas econômicas*, 6a. ed., São Paulo, 1959, pp. 95 segs.

(32). — Cf. K. Marx, *Capital*, tradução espanhola, México, 1946, t. I. pp. 801 segs.

ção da geografia econômica do ocidente (33) pela abertura de novos mercados, montagem de novas rotas, conquista monopolista de novas linhas para a circulação econômica internacional; já na sua gênese, este movimento expansionista revela pois suas relações profundas com o estado moderno em formação. Assim, enquanto tradicionalmente se procurava explicar os descobrimento ultramarinos em função de fatores externos, extra-europeus, a colocação moderna do problema (34) encara a expansão ultramarina como produto das “condições particulares dos próprios países atlânticos”, isto é, são os problemas da economia da Europa Ocidental que levam ao esforço para a abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados — a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de “superação da crise” européia do fim da Idade Média (35). Ora, na organização e execução do movimento expansionista teve papel relevante o estado monárquico absolutista (36), e mais uma vez vêm a tona as conexões entre os componentes do antigo regime; por outro lado, a exploração do ultramar fortalece a posição do estado monárquico que a promove, internamente em face das resistências feudais, externamente diante das outras nações. Da inter-relação desses elementos é que resulta a conformação a pouco e pouco da doutrina e da prática da política mercantilista.

Esta primeira fase da expansão européia consistiu pois, basicamente, na abertura de novos mercados, e no estabelecimento de condições vantajosas para a realização deste comércio ultramarino; acelerava-se, assim, a acumulação capitalista na Europa. Mas, no processo de expansão, como é sabido, os europeus acabaram por descobrir (ou redescobrir) o Novo Mundo; aqui as condições diferiam radicalmente daquelas encontradas no Oriente: seria impossível prosseguir na exploração puramente comercial do ultramar, dado que inexistia nesta parte a produção organizada de produtos que interessassem ao mercado europeu. Para integrar essas áreas nas linhas do comércio europeu (e para preservar a soberania sobre elas, dado que a

(33). — “Il n’y a point eu d’évenement aussi intéressant pour l’espèce humaine en général, et pour les peuples de l’Europe en particulier, que la découverte du Nouveau Monde et le passage aux Indes par le Cap de Bonne Espérance”. Raynal, *Histoire philosophique et politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, ed. de Geneva 1780, t. I, p. 1-2.

(34). -- Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “Création et Dynamisme économique du Monde Atlantique (1420-1670)”, *Annales (Économies. Sociétés. Civilisations)*. Janeiro-março 1950, pp. 32 segs.

(35). -- M. Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico português (1415-1549)*, Coimbra, 1963, t. I, pp. 35 segs.

(36). -- V. M. Godinho estuda (in *A Expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, 1945) as etapas dos descobrimentos portugueses no século XV em função das vicissitudes do absolutismo monárquico em Portugal.

expansão se dá no quadro da competição entre as potências europeias), havia mister organizar aí a produção para o mercado da economia central, européia; tornam-se indispensável, ocupação, povoamento, valorização — colonização em suma. Mas colonização de uma forma específica, dentro da expansão do capitalismo comercial e em conexão indissolúvel com todos os outros aspectos envolvidos nesse processo. A *colonização* moderna significou, pois, no fundo, um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no ultramar. Caio Prado Júnior, ainda uma vez, foi quem primeiro caracterizou a colonização como fenômeno essencialmente *comercial*, como um desdobramento da expansão comercial européia; produzir para o mercado exterior, fornecer produtos tropicais ou metal nobre ao comércio europeu — eis o “sentido da colonização” (37), e é sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta desse “sentido”) que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia.

Todavia, as indagações que fizemos até aqui, cremos, permitem levar ainda mais longe a análise do “sentido” da colonização. Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime — isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista — a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e *capitalista*; queremos dizer, os empreendimentos colonizadores se promovem e se realizam com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila êsses estímulos coloniais, acelerando a acumulação primitiva, por parte da burguesia comercial. A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna. Note-se que ao nos expressarmos assim envolvemos na formulação várias decorrências: situa-se, por um lado, o momento histórico-econômico em que se localiza o processo; mais ainda, a colonização fica indissolúvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). Caio Prado Júnior, que abriu decisivamente o caminho para esta análise, talvez tenha pago até certo ponto seu tributo à tradição da historiografia brasileira sempre menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental; assim, apesar do passo fundamental que a sua obra representa, pensamos ser ainda possível ir além no esforço de apreender o sentido da colonização. De fato, ela se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação ori-

(37). — Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, pp. 13-26.

ginária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu (38). Peça aliás essencial; como parte integrante da política mercantilista, já vimos que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, independizando-a das outras potências nacionais; promovendo a acumulação de capital e ao mesmo tempo ampliando o mercado consumidor de manufaturas, criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial.

Situada neste contexto, articulada nos componentes do Antigo Regime, a colonização moderna revela, portanto, como traços essenciais aquêles mecanismos através dos quais o processo colonizador promove a aceleração da acumulação capitalista; a acumulação na economia européia configura os fins, os mecanismos de exploração colonial, os meios. O conjunto desses mecanismos — processos econômicos e normas de política econômica — constituem o *sistema colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se portanto a categoria fundamental de toda esta análise. Reformulando agora: a colonização do Novo Mundo se dá nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o sistema colonial do Antigo Regime. A colonização portuguesa no Brasil se desenrola dentro desse sistema de relações, que lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura sócio-econômica que aqui se instaura, dando sentido às expressões “Brasil-colônia” e “período colonial” (39).

Nem toda a colonização da América, porém, se desenrola dentro das traves do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro. Apesar de coeva, a colonização da América setentrional temperada se dá fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista; é em função dos problemas religiosos da Inglaterra, e sobretudo dos ajustamentos e das crises do absolutismo desse país durante o século XVII — época em que se inicia e se consolida a colonização da América do Norte — que se pode compreender a colonização de povoamento, e não de exploração que lá se realizou. E aqui retomamos as duas categorias — povoamento, exploração — para lhes explicitar o verdadeiro sentido na época moderna: colônias de exploração são as que se formam e se desenvolvem dentro dos quadros do sistema colonial; as de po-

(38). — Cf. Maurice Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, Londres, 1954, pp. 177 seg.

(39). — Considerado assim, o Brasil-colônia, como expressão de uma estrutura sócio-econômica definida nas relações do sistema colonial — vê-se bem que carecem de sentido as discussões a respeito de o Brasil ter sido ou não ter sido “colônia”, em face de encontrar-se ou não tal palavra (aliás, diga-se de passagem, ela se encontra) nos textos coevos. A esta bizantinice referiamo-nos no início deste trabalho.

voamento, posto que contemporâneas, situam-se à margem do sistema. A independência dos Estados Unidos da América originou-se, como se sabe, da resistência dos colonos à tentativa de aplicação, por parte da velha metrópole, do pacto colonial à Nova Inglaterra — revelando-se, assim, incompatibilidade entre sistema colonial e colônias de povoamento.

Isto nos conduz a uma última observação, indispensável antes de concluir. Inserindo a colonização moderna no contexto do Antigo Regime — absolutismo, capitalismo comercial, política mercantilista, sistema colonial — e procurando esclarecer as conexões que articulam os vários componentes dêsse todo, destacando as tensões sociais derivadas da ascensão burguesa a partir da estrutura feudal e através da época moderna, cremos ter escapado a um possível economismo que nos poderia ter viciado a análise, que se pretende globalizadora. Além disso, importa ficar bem claro que, ao tentarmos fixar as categorias essenciais dêsse processo histórico, não buscamos de forma alguma os denominadores comuns presentes necessariamente em tôdas as manifestações concretas, mas sim as determinantes estruturais, isto é, os componentes a partir dos quais é possível compreender o conjunto das manifestações, aquêles componentes que definem, explicitam, tornam inteligíveis os demais, e se não definem por êles. Em suma, tentamos demarcar a posição metodológica a partir da qual se deve proceder a análise da história da colonização. E' nestes termos que êste estudo se propõe, assim gostaríamos que fôsse entendido.

Assim, aceita essa perspectiva, torna-se claro que, por exemplo, existindo colônias de povoamento no bôjo da expansão ultramarina mercantilista que exige exploração — é a partir das colonização exploradora que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário. Igualmente, se o “Brasil-colônia” se enquadra como colônia de exploração nas linhas do Antigo Sistema colonial, não quer isto dizer que tôdas as manifestações da colonização portuguesa do Brasil expressem diretamente êsse mecanismo; mas, mais uma vez, os mecanismos do sistema colonial mercantilista constituem o componente básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado. No caso vertente, torna-se para logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais, para se perceber as mediações através das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular. Sistema global: as relações entre o capitalismo mercantil europeu em desenvolvimento e as economias coloniais periféricas; segmento particular: relações da metrópole portuguesa com a colônia-Brasil. Também não ignoramos que unicamente a investigação cientificamente conduzida das manifesta-

ções históricas concretas do fenômeno podem comprovar ou rejeitar uma perspectiva metodológica em confronto com outros modos de ver. Nenhum dogmatismo, pois, nos anima o espírito. Mas estamos igualmente conscientes da necessidade incontornável dos esforços deste gênero para orientar as pesquisas históricas; do contrário, corre-se o risco de submissão sem crítica aos dados colhidos na documentação, produzindo-se quando muito uma descrição empírica da realidade.

Concluamos agora, retomando os passos significativos da análise tentada. A ocupação, povoamento e valorização econômica do Brasil na época moderna, a sua *colonização* enfim, processando-se na etapa da ascensão burguesa vinculada ao capitalismo comercial, dá lugar a uma entidade específica (*colônia* da metrópole-Portugal): suas estruturas básicas configuram uma colônia *de exploração* por se formarem e desenvolverem nos quadros e ao ritmo do antigo *sistema colonial* de relações entre as economias centrais e periféricas do capitalismo mercantil. Parece não o ignorava Azeredo Coutinho, teórico ilustrado do final do colonialismo mercantilista, ao lembrar que as colônias, em troca da segurança provida pela mãe-pátria, devem reservar a esta o exclusivo de seu comércio e não ter uma produção concorrencial à metropolitana; assim, dizia, “os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas” (40).

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Francisco José Calazans Falcon* (FFCL. da Universidade Federal do Rio de Janeiro. GB.).

Afirma que aplaude totalmente o trabalho apresentado e o endossa inteiramente. Diz que é importante tratar das questões conceituais, pois a ficarmos unicamente na questão da pesquisa empírica arriscamo-nos a apenas amontoar dados num laborioso trabalho artesanal, a espera de um historiador que os elabore intelectualmente. Sem noção clara e precisa dos problemas e sem uma hipótese de trabalho adequada, a pesquisa é inútil ou pelo menos aleatória. Não vê objeções de vulto ao trabalho e apenas a título de explicação, ou por uma questão de coerência, pode mencionar os seguintes tópicos:

1º). — Discorda da expressão “capitalismo comercial”, embora o próprio Autor reconheça seu caráter precário quando dis-

(40). — J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794), in *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho*, apresentação de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1966, p. 155.

tingue o fenômeno a que ela se aplica do “capitalismo pleno” ou capitalismo propriamente dito.

- 2º). — Não entende bem a caracterização de situação de realeza com relação aos “estados” e “ordens” ou classes do Antigo Regime. Diz também que em recente Colóquio realizado em França (*Histoire, sources et méthodes*. PUF. 1967) ficou patente divergências entre os principais especialistas (franceses) parecendo estar talvez implícita uma certa concepção da monarquia absoluta como situada acima das classes ou ordens, algo assim como um “bonapartismo *avat la lettre*”.
- 3º). — Discorda da afirmação segundo a qual as Revoluções Inglesas (*sic*) do século XVII teriam “moderado” o absolutismo, pois, na realidade, a Revolução Inglesa liquidou com o absolutismo. No próprio Autor citado (Ch. Hill) encontra-se argumentos.
- 4º). — Seria preciso dar certas *nuances* à oposição entre setores mercantis interessados na expansão marítima de Portugal e setores feudais a êle hostis. Sabe que vários setores feudais foram afinal os grandes beneficiários da expansão comercial e marítima através do mecanismo de transferência de renda representado pela monarquia absoluta, causa aliás, muito mais do que a incapacidade ou inoperância dos portugueses e espanhóis, do declínio ibérico na Idade Moderna.

*

Do Prof. *Eddy Stols* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz, antes de mais nada, que queria associar-se às palavras do Prof. Falcon pela sua procura de uma conceituação clara, que, na verdade, vinha fazendo falta desde o início deste Simpósio. Entretanto, parece-lhe haver uma pequena contradição quando o Autor diz que as colônias de exploração tendem para o povoamento e as colônias de povoamento para a exploração. Pois os países de grande desenvolvimento, os mais interessados na colonização de exploração, geralmente não dispõem de grande elasticidade no seu mercado interno de mão-de-obra e portanto não podem se permitir tão facilmente o luxo da colonização de povoamento. Por exemplo, a Inglaterra de Disraeli manda apenas um pequeno batalhão para manter seu domínio no Sudão quando do movimento madhista. As potências européias que possuem enclaves na costa da China se abstem de envolver-se no interior da mesma, apesar da crescente anarquia e da de-

cadência política que facilitavam o povoamento. A Bélgica endossa a contragosto a entrega por Leopoldo II do seu feudo pessoal, o Congo, pois já se vê para lá escapar uma mão-de-obra barata e dócil. Para a exploração dos minérios no Katanga ela deve recorrer ao deslocamento interior de povos do Kivu. A Holanda, por sua vez, procurará guardar a Indonésia utilizando os amenoenses. Diz que poderia estender bastante êsses exemplos, mas já parece evidente que dentro da colonização de exploração existe uma grande relutância para o povoamento e procura-se outras soluções.

*

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. SP.).

Afirma que a comunicação que o Prof. Fernando Novais traz a êste Simpósio, apresenta uma problemática conceitual extremamente estimulante para o diálogo e nisto e, não apenas por isto, está o seu valor, mas, e também, na precisão dos conceitos, no rigor científico com que propõe, analisa e critica problemas de conceito e método que o historiador deve ter em mira para trabalhar com um tema como a colonização.

Assim, deseja apenas colocar duas observações que em nada desmerecem o nível e o esforço do Prof. Novais.

1º). — As alterações que ao longo do tempo e do espaço sofrem as colônias e cuja medição pode ser feita em função das modificações estruturais sofridas pelos “povos colonizadores” quanto pelos “povos colonizados”, implicando em variações rítmicas e de conceito em relação à tipologia nos mostram a relatividade das classificações analisadas e, mesmo criticadas pelo Autor. Assim, colônias de um tipo passam a se enquadrar em outro tipo, dadas aquelas alterações que apontam. O colonialismo não cessa, antes êle não implica necessariamente num processo de ocupação territorial tanto pelo volume, pelo objetivo ou pela movimentação populacional que acarreta, atendendo o interêsse do colonizador, como o Autor o aceita na página 254.

2º). — Também julga que se devia configurar melhor a promoção da colonização com a entidade promotora, seja o Estado, a iniciativa privada, os grupos econômicos, enfim.

Acredita mais, que não se deve considerar apenas como mecanismo da empresa colonial os fatores, as pressões, as infiltrações, os interêsses e instrumentos econômicos, mas e sobretudo no colonialismo moderno e contemporâneo a

colonização cultural, ideológica, etc. Claro que com esta afirmação não pretende confundir colonialismo com imperialismo, mas apenas não o considerar com os instrumentos econômicos esgotados do colonialismo.

*

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da Universidade Federal de Pernambuco. PE.).

Inicialmente apresenta parabens ao Prof. Fernando Novais pela precisão com que situa os tipos de colonização e os conceitos e pelo trabalho em geral.

Faz apenas uma observação quando o Autor, tratando da acumulação primitiva de capitais, diz que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, no que concorda inteiramente; mas acrescenta “independizando-a das outras potências nacionais”.

Observa que nem sempre isso acontece. Parece-lhe que, em muitos casos, essa independência era relativa. Diria que havia antes uma interdependência e até dependência em certas épocas aos centros que, em primeiro lugar, e vindo desde os fins da Idade Média, constituíram essa acumulação primitiva do capital. Acumulação ligada à rede dos mercados consumidores da Europa — daí o papel dos comerciantes e primitiva rede bancária da Europa, sobretudo nos séculos XIV e XV. O caso de Lisboa em sua interdependência com Antuérpia e outros centros econômico-financeiros da Europa, italianos e alemães por exemplo, e mais tarde ingleses. Só os mais fortes, possuidores desta acumulação é que, ao estabelecer colônias, teriam essa independência face às outras potências, como no caso da Inglaterra e da França, por exemplo.

*

* * *

RESPOSTAS DO PROF. FERNANDO A. NOVAIS.

Ao Prof. *Francisco José Calazans Falcon*.

Iniciamente, agradece em conjunto as referências elogiosas feitas à sua comunicação pelos vários interpelantes.

Acredita que das observações do prof. Falcon algumas tenham nascido de falta de clareza no texto da comunicação, talvez excessivamente sintética, pois pensa que seus pontos de vista são coincidentes; noutros casos, parece haver realmente divergência de opinião.

Assim, entre as do primeiro grupo, a observação relativa a “capitalismo comercial”: concorda que não se pode conceituar capitalismo comercial como *modo de produção* (seria quando muito “modo de circulação”), pois o modo de produção capitalista somente se integra a partir da revolução industrial; porém, prefere manter a expressão tradicional (o adjetivo “comercial” garante a especificidade), pois pensa que seria igualmente errôneo conceituar como fundamentalmente “feudal” a vida econômica do Ocidente entre os séculos XVI e XVIII. Uma discussão do problema, entretanto, ficaria além dos limites da comunicação.

Igualmente, no que diz respeito às relações do absolutismo com as “ordens” ou “estados” parece ter havido alguma incompreensão; o Autor, concordantemente com o Prof. Falcon, não concebe esse regime político como algo desligado da sociedade: precisamente por isso escreveu, no trabalho, — “estranha e *aparente* projeção do poder para fora da estrutura social”.

Já no que se refere ao significado das revoluções inglesas do século XVII, pensa que de fato seus pontos de vista discrepam dos do Prof. Falcon: a discussão do problema demandaria, entretanto, um espaço de tempo bem maior que o disponível, e deveria preliminarmente reexaminar a perspectiva de Christopher Hill (que aliás escreveu vários trabalhos sobre o assunto, motivo pelo qual o Autor da comunicação preferiu fundar-se num artigo de síntese em que Hill condensa suas análises).

Finalmente, é certo que o esquema de análise proposto deve ser “nuançado” — isto é, devem-se estabelecer tôdas as *mediações* entre as estruturas globais esboçadas e os fenômenos concretos. Acredita contudo que isto foi destacado na parte final do trabalho; aqui se pretendeu apenas uma tentativa de indicar as linhas gerais *a partir* das quais as análises concretas porventura ganhem mais sentido.

*

Ao Prof. *Eddy Stols*.

Acredita que o Prof. Stols enfoca diversamente os conceitos apresentados na comunicação. A idéia diretriz não é a de que colônias de povoamento tendam para exploração ou vice-versa; o que se afirma é que, posto que colonização envolva sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (do contrário será outro fenômeno que não colonização), em determinadas situações históricas o componente fundamental é o povoamento (isto é, valoriza-se, explora-se para povoar) noutras, pelo contrário, povoa-se para ex-

plorar, isto é constitui-se uma economia complementar à metropolitana. As segundas ficam dentro dos mecanismos típicos do sistema colonial, e predominam nos séculos XVI a XVIII, período em que se processou a colonização portuguesa do Brasil. A colonização de povoamento ocorre quase sempre por iniciativa particular fora dos desígnios da política econômica da metrópole (como a emigração inglesa em função das perseguições religiosas, por exemplo). Quanto à inelasticidade do mercado de mão-de-obra dos países colonizadores altamente desenvolvidos, cumpre observar que não afeta o processo colonizador: exatamente, o colonizador é o empresário que utiliza trabalho “indígena” local (da colônia) ou importado (por exemplo tráfico africano), através de cuja *exploração* obtém super-lucros. Deve-se contudo notar que os exemplos citados dizem respeito à segunda fase do expansionismo colonialista europeu, posterior à revolução industrial, ficando por isso fora do período abordado na comunicação; como esta talvez já peque por ser excessivamente generalizadora, o Autor preferiu restringir-se ao Antigo Sistema Colonial.

*

Ao Prof. *José Roberto do Amaral Lapa*.

Reafirma o Autor que seu trabalho visou explicitar as categorias básicas da colonização européia na época moderna, isto é, entre o Renascimento e a Revolução Francesa. Assim sendo, tinha que se limitar aos mecanismos globais e típicos, *a partir* dos quais, mas sem se restringir evidentemente a eles, devem se proceder as análises concretas; estas naturalmente poderão confirmar ou confutar o esquema proposto. Isto aliás crê, ficou enfatizado na parte final da comunicação. Dêste modo, concorda que as variações no tempo e no espaço, sejam do lado metropolitano ou colonial, lembradas pelo Prof. Lapa tenham de ser levadas na devida conta. Igualmente, não ignora que o fenômeno colonizador comporta outros elementos além dos apontados. Dada porém a natureza do trabalho, o Autor centrou a análise nos componentes que lhe parecem os essenciais, isto é, aqueles a partir dos quais os outros devem ser focalizados, e não o contrário. Quanto ao colonialismo contemporâneo, ficava fora dos limites cronológicos que o Autor se impôs.

*

A Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca*.

O Autor acredita que pelo menos em parte as observações da Profa. Célia Freire ficaram tratadas nas respostas aos Profs. Falcon e

Lapa. De fato, tem o Autor consciência de que o caso específico da colonização portuguesa apresenta caracteres muito peculiares; chama aliás a atenção para isso no texto da comunicação. Na realidade, nem sempre a metrópole conseguia assimilar as vantagens, os estímulos, da exploração colonial. Nêsse caso, êsses estímulos se transferem a outros centros mais desenvolvidos, e dêsse modo a colonização não perde o caráter fundamental de “exploração”. A comunicação, contudo, procurou situar-se num plano mais geral, apanhando apenas os mecanismos globais.